



Número: **0041897-10.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 15ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **19/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.505,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELIAS BARROS DA SILVA (AUTOR)		TARCILA FERNANDA PACHECO MARTINS DE ANDRADE (ADVOGADO)	
		NATHALIA PAOLA AZEVEDO DE SABOIA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT (RÉU)			
ROMERO BEZERRA CAVALCANTI MENDES (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
48048752	19/07/2019 12:53	Petição Inicial	Petição Inicial
48048753	19/07/2019 12:53	AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - ELIAS BARROS DA SILVA.doc	Petição em PDF
48048755	19/07/2019 12:53	PROCURAÇÃO	Procuração
48048758	19/07/2019 12:53	DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	Documento de Identificação
48048759	19/07/2019 12:53	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
48048760	19/07/2019 12:53	LAUDO TRAUMATOLOGICO	Laudo
48048761	19/07/2019 12:53	PROTOCOLO DE DOCUMENTOS - ADM	Documento de Comprovação
48048762	19/07/2019 12:53	DECLARAÇÕES DE ENTRADA HOSPITALAR	Documento de Comprovação
48048772	19/07/2019 12:53	ADMISSÃO HOSPITAL - SANTA CASA	Documento de Comprovação
48048771	19/07/2019 12:53	LAUDO DE PROCEDIMENTO DE SOLICITAÇÃO	Laudo
48048774	19/07/2019 12:53	BOLETIM OPERATÓRIO	Documento de Comprovação
48048775	19/07/2019 12:53	SUMÁRIO DE ALTA HOSPITALAR	Documento de Comprovação
48048779	19/07/2019 12:53	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	Documento de Comprovação
50036154	29/08/2019 16:23	Despacho	Despacho
50144086	02/09/2019 09:54	Habilitação de Perito	Certidão
50144117	02/09/2019 09:59	Intimação	Intimação
50144118	02/09/2019 09:59	Mandado	Mandado

50306 474	04/09/2019 14:33	Diligência	Diligência
50306 478	04/09/2019 14:33	0041897-10.2019.8.17.2001 id 50144118	Documento de Comprovação

PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO NO FORMATO PDF.





ANDRADE & AZEVEDO

• ADVOGADOS ASSOCIADOS •

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL
DA CAPITAL

ELIAS BARROS DA SILVA, brasileiro, viúvo, pensionista, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 551.026.624-49, portador de cédula de identidade no Registro Geral nº 752.020 SDS/PE, residente e domiciliado na 2ª Travessa Fernandinho, nº 289, Córrego do Jenipapo, Recife/PE, CEP: 52.091-616, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de suas advogadas infra-assinadas, conforme mandato anexo, com endereço profissional firmado na Avenida Norte, nº 1966, Encruzilhada, Recife/PE, CEP: 52041-080, onde receberão as intimações de estilo (art. 274, CPC/15), promover a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20031-205, com fulcro na Lei nº 6.194/74 c/c arts. 319 e 320 do CPC/15, diante dos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir elencados.

Avenida Norte Governador Miguel Arraes, nº 1966, Encruzilhada, Recife/PE, CEP: 52021-195



I.1 DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA

De acordo com a dicção do art. 4º da Lei nº 1.060/50, para a concessão da gratuidade judiciária basta a afirmação de que o indivíduo não possui condições de arcar com custas e honorários processuais, sem prejuízo próprio e de sua família, no bojo da exordial ou no rol dos pedidos, a qualquer momento do processo, pelo que nos bastamos do texto da lei, *in verbis*:

Art. 4º. *A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986)*

§ 1º. *Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986)*

Assim, o Autor faz jus ao deferimento da referida assistência gratuita, haja vista que o mesmo não possui rendimentos suficientes para custear as despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família, conforme consta na declaração de hipossuficiência contida no instrumento procuratório anexo aos autos.

II – DA SÍNTESE FÁTICA

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em 16/12/2016, enquanto atravessava a BR-101 nas imediações da Macaxeira, próximo a Upinha do Corrego do Jenipapo, quando foi atropelado por uma motocicleta, sendo socorrido por populares até a UPA da Caxangá, com transferência para o Hospital Getúlio Vargas e, em seguida para o Hospital Santa Casa de Misericórdia, conforme o boletim de ocorrência anexo aos autos, sofrendo lesões corporais comprovadas através de laudo traumatológico expedido pelo





Instituto de Medicina Legal Antônio Persivo Cunha, bem como dos laudos e prontuários médicos anexos aos autos.

Deste sinistro resultou fratura da tíbia esquerda, com cirurgia de retirada de placa e colocação de fixador em 20/01/2017.

Por conseguinte, segundo a perícia traumatológica, foi constatado que o autor deambula com marcha claudicante e com ajuda de muletas, havendo limitação de todos os movimentos do tornozelo esquerdo e déficit do movimento de extensão do joelho, apresentando cicatrizes hiperocrômicas e deformantes em toda a metade inferior da perna esquerda.

Ainda, o perito declarou que o acidente sofrido causou lesão corporal à integridade corporal/saúde do examinado, resultando em debilidade permanente na deambulação pela limitação dos movimentos do joelho e tornozelo, incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias por causa da fratura e deformidade permanente pelas cicatrizes.

Diante disso, requereu administrativamente junto ao Réu à indenização decorrente do seguro DPVAT referente à invalidez permanente. Entretanto, percebeu indenização no valor de R\$ 945,00, em razão de ter seu dano configurado como residual.

Avenida Norte Governador Miguel Arraes, nº 1966, Encruzilhada, Recife/PE, CEP: 52021-195





ANDRADE & AZEVEDO

• ADVOGADOS ASSOCIADOS •

Rio de Janeiro, 14 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180532975

Vítima: ELIAS BARROS DA SILVA

Data do Acidente: 14/12/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ELIAS BARROS DA SILVA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa: R\$ 0,00
Juros: R\$ 0,00
Total creditado: R\$ 945,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 70%) 7,00%

Valor a indenizar: 7,00% x 13.500,00 = R\$ 945,00

Ocorre que a seqüela do autor, de acordo com a descrição contida na perícia traumatológica, corresponde a “perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores” e, sendo de invalidez permanente parcial completa, o autor faz jus a 70% do valor total da indenização, o que corresponde a 70% de R\$ 13.500,00, resultando no montante de R\$ 9.450,00.

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25

Isto posto, tendo em vista que o demandante foi indenizado em apenas R\$ 945,00, o mesmo faz jus a diferença devida de R\$ 8.505,00 (R\$ 9.450,00 – R\$ 945,00).

Assim, vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, o requerente vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente

Avenida Norte Governador Miguel Arraes, nº 1966, Encruzilhada, Recife/PE, CEP: 52021-195





ANDRADE & AZEVEDO
* ADVOGADOS ASSOCIADOS *

indenizado, na forma do art. 3º, inciso II e §1º, inciso I, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo que fixa a referida indenização o conforme anexo incluído pela Lei nº 11.945/2009.

III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

Tais indenizações do DPVAT são obrigatórias, de forma que a legislação determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro a fim de garantir às vítimas de acidentes com veículos o recebimento das indenizações.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.482/2007 (art. 8º), o Autor faz jus à indenização financeira pelas sequelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Avenida Norte Governador Miguel Arraes, nº 1966, Encruzilhada, Recife/PE, CEP: 52021-195





III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Considera-se invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte, conforme se apreende dos documentos médicos acostados aos autos, a serem corroborados por perícia judicial a ser designada.

Destaca-se então o grau de reduções das funcionalidades do autor, tendo em vista que o mesmo apresenta debilidade permanente na deambulação pela limitação dos movimentos do joelho e tornozelo, incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias por causa da fratura e deformidade permanente pelas cicatrizes

De acordo com o anexo incluído pela Lei nº 11.945/2009, o percentual danos corporais segmentares (parciais) referente a perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores corresponde a 70% do valor total da indenização.

Ainda, tendo em vista que se trata de debilidade permanente, conforme art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 6.194/1974, quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

Avenida Norte Governador Miguel Arraes, nº 1966, Encruzilhada, Recife/PE, CEP: 52021-195





No caso dos autos, temos 70% (perda funcional permanente do membro inferior), o que equivale a uma porcentagem final 70% do valor total da indenização, correspondente a R\$ 9.450,00, montante esse devido desde a data do acidente (16/12/2016).

Ante todo o exposto, bem como através dos laudos médicos e periciais colacionados a exordial, entende-se devida à indenização do seguro DPVAT ao autor, devido à perda permanente da funcionalidade de membro inferior, valor esse retroativo a data do acidente sofrido, acrescido de juros e correção monetária.

IV - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer o autor:

- a) A citação do réu para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto aos fatos alegados;
- b) Que seja deferida a gratuidade da justiça, eis que o autor não pode litigar em juízo sem prejuízo próprio e de sua família, de acordo com o disposto no art. 4º, § 1º da Lei nº 1.060/50;
- c) Que seja determinada a realização de Perícia Médica judicial, com especialista em Traumatologista, sendo nomeado um profissional habilitado, para constatar a invalidez permanente do postulante;
- d) A condenação da requerida ao pagamento do Seguro DPVAT a parte autora, no valor de R\$ 8.505,00, referente a diferença do valor da indenização devido, conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigido e atualizado monetariamente, retroativo à data do acidente (16/12/2016);

Avenida Norte Governador Miguel Arraes, nº 1966, Encruzilhada, Recife/PE, CEP: 52021-195



- e) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente a prova documental, pericial e testemunhal;
- f) Que seja retido o percentual de 30% sobre os valores calculados de atrasados, referente ao pagamento dos honorários contratuais, conforme contrato de honorários juntados aos autos, quando da expedição do respectivo alvará;
- g) A condenação do réu aos ônus da sucumbência.

Atribui-se a causa o valor de R\$ 8.505,00 (oito mil quinhentos e cinco reais).

Termos em que pede deferimento
Recife, 19 de julho de 2019.

Nathália Paola Azevedo de Sabóia
OAB/PE nº 36.786

Tarcila Fernanda Pacheco Martins de Andrade
OAB/PE nº 1.658 – A

